

2.1 Introdução¹⁶

A conjuntura de incertezas nos mercados financeiros internacionais no primeiro semestre de 2013, com reflexos na liquidez global e no aumento da volatilidade nos mercados, atestou a percepção do baixo risco de liquidez e da resiliência do sistema bancário brasileiro.

O índice de liquidez (IL) permaneceu elevado apesar da queda no valor em estoque de títulos públicos federais (TPF) e de maior vinculação de ativos líquidos para atender ao aumento de demanda por garantias em bolsa, decorrente do aumento de volatilidade nas taxas de juros e de câmbio. Embora o IL tenha se reduzido, principalmente ao final do semestre, a queda foi em parte amenizada pela menor velocidade na expansão do crédito nos bancos privados.

O crédito concedido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) cresceu de forma mais moderada, sustentado pelo crescimento do crédito nos bancos públicos, que continuaram a aumentar a participação na carteira total. Observa-se, tanto na carteira pessoa física (PF) quanto na pessoa jurídica (PJ), continuidade no movimento de migração para modalidades de menor risco, com taxas mais baixas e prazos mais longos, o que contribuiu para reduzir o comprometimento de renda das famílias e da receita das empresas. A inadimplência da carteira total recuou, principalmente devido à queda nos atrasos nas operações de crédito com PF.

O lucro líquido (LL) do sistema bancário manteve-se estável, levando a recuo no Retorno sobre o Patrimônio

Líquido (RSPL). O LL foi limitado pelo fraco crescimento do resultado de intermediação financeira, em razão da redução das margens brutas de crédito, do arrefecimento das concessões de crédito, com menor geração de receitas, e do impacto negativo da marcação a mercado da carteira de títulos. Apesar disso, permaneceu robusto e eminentemente oriundo de operações financeiras de natureza recorrente, sobretudo bancárias e de seguros.

Não obstante a leve piora nos resultados dos testes de estresse, a desaceleração no ritmo de crescimento do capital, a ligeira redução na relação capital próprio sobre ativos e o leve incremento na participação de ativos contingentes, a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro permanece em patamar confortável, com IB em nível elevado e a quase totalidade das instituições financeiras atendendo à exigência regulatória de capital. A solidez do sistema bancário é verificada também pelos resultados dos estudos de impacto da implementação de Basileia III e pelos resultados dos testes de estresse, os quais demonstram a resiliência das instituições em todos os cenários analisados, inclusive naqueles de extrema deterioração das condições macroeconômicas.

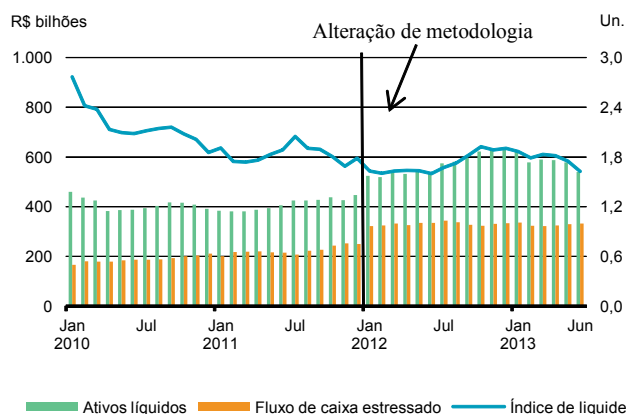
2.2 Liquidez

No período, a percepção de baixo risco de liquidez no sistema bancário brasileiro foi reforçada pela manutenção de níveis de liquidez confortáveis, mesmo tendo havido elevação da estrutura a termo da taxa de juros e aumento da volatilidade nos mercados.

^{16/} Para efeito deste capítulo, o sistema bancário comercial é integrado pelas instituições: banco comercial, banco múltiplo, caixa econômica e banco de investimento; e pelos conglomerados financeiros compostos ao menos por uma das instituições anteriores. Os bancos de desenvolvimento não estão incluídos nas análises, exceto na seção 2.3 – Crédito, onde as análises envolvem todo o SFN.

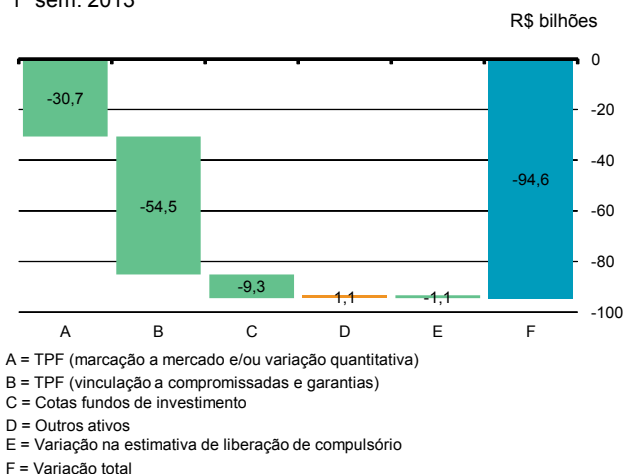
O IL¹⁷ do sistema bancário comercial recuou de 1,91 para 1,63 no primeiro semestre em razão da redução dos ativos de alta liquidez,¹⁸ sobretudo no segundo trimestre, enquanto o Fluxo de Caixa Estressado¹⁹ apresentou pequena oscilação (gráfico 2.2.1).

Gráfico 2.2.1 – Índice de liquidez



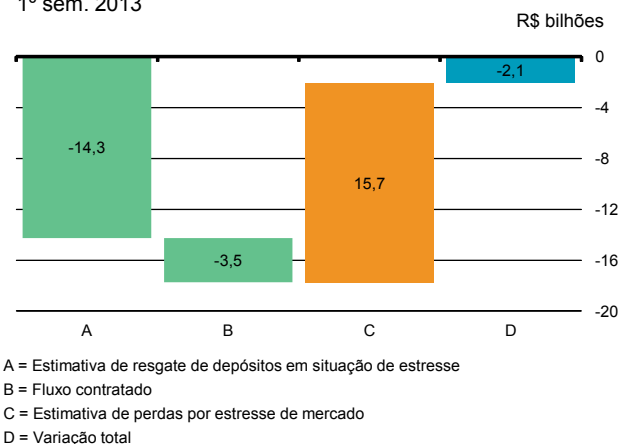
A redução no montante desses ativos está associada principalmente aos efeitos das oscilações das taxas de juros e de câmbio no final do semestre. Essas oscilações causaram perda de valor na carteira de TPF,²⁰ em razão da marcação a mercado e da vinculação ou venda desses títulos para fazer frente ao aumento de chamadas de garantias e a necessidade de cumprimento de ajustes requeridos por parte da bolsa, em decorrência da elevação da volatilidade das referidas taxas. Variações no estoque de TPF têm reflexos relevantes no IL, uma vez que respondem por aproximadamente três quartos dos ativos de alta liquidez do sistema (gráfico 2.2.2).

Gráfico 2.2.2 – Variação semestral dos ativos líquidos
1º sem. 2013



O comportamento do fluxo de caixa estressado (gráfico 2.2.3), denominador do IL, manteve-se praticamente estável no segmento bancário comercial. Os principais componentes que influenciaram a redução de R\$2,1 bilhões no semestre foram, por um lado, a maior estimativa de saídas decorrentes de simulação de estresse de mercado, devido à maior volatilidade, e, por outro lado, a menor previsão de resgates de captações em cenário de estresse, compatível com a manutenção do movimento de alongamento de prazos do passivo, a ser detalhado posteriormente.

Gráfico 2.2.3 – Variação do fluxo de caixa estressado
1º sem. 2013



17/ O IL relaciona o volume de recursos de alta liquidez disponíveis para a instituição com o fluxo de desembolso dos trinta dias (21 dias úteis) subsequentes em cenário de estresse. O fluxo de caixa estressado simula desembolsos em padrões bem acima dos esperados, tendo por parâmetro o histórico de crises passadas. Instituições com IL superior a 1,0 (100%) possuem ativos de alta liquidez suficientes para suportar esse cenário de estresse. Como a metodologia simula um cenário de trinta dias em que os ativos líquidos teriam que ser convertidos em dinheiro, eles são marcados a mercado e/ou sofrem ponderação que simula redução de preço no caso de venda forçada. Essa métrica de liquidez tem por base os mesmos conceitos que serviram de base para a definição do índice *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), introduzido por Basileia III.

18/ Para definição de ativos de alta liquidez, vide “Conceitos e Metodologias”, item *i.i*.

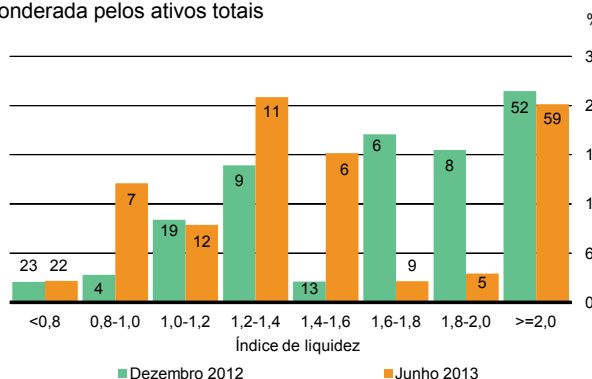
19/ Para definição de Fluxo de Caixa Estressado, vide “Conceitos e Metodologias”, letra *j*.

20/ No cálculo do IL consideram-se os TPFs livres e os recebidos em lastro de operações compromissadas não vinculados a garantias de operações em bolsa de valores.

A distribuição do IL individual (gráfico 2.2.4) também indica a redução da liquidez no semestre. Apesar disso, a representatividade, em termos de ativos, das instituições com IL acima ou próximo de um é preponderante (83%), refletindo a boa liquidez do sistema.

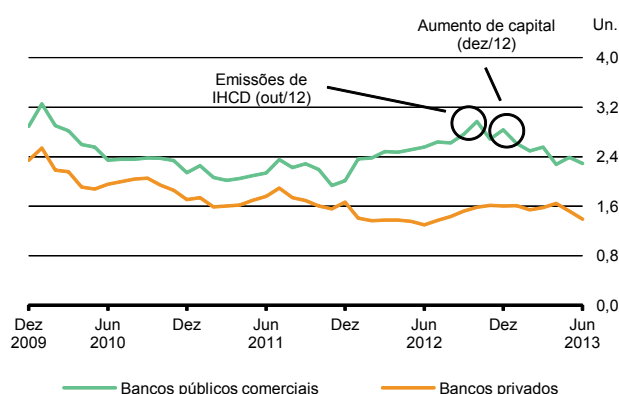
A redução no IL ocorreu tanto nos bancos públicos comerciais (de 2,83 para 2,29) quanto nos bancos privados (de 1,60 para 1,39). A queda mais acentuada nos primeiros deve-se ao crescimento do crédito, não compensado por aumento de captação ou por aumento de capital, tal qual havia ocorrido no segundo semestre de 2012. Ainda assim, o IL dos bancos públicos comerciais permaneceu em níveis bem superiores ao dos bancos privados (gráfico 2.2.5).

Gráfico 2.2.4 – Distribuição de frequência para o índice de liquidez^{1/}
Ponderada pelos ativos totais



1/ Os valores sobre as barras referem-se ao número de instituições financeiras com índice de liquidez pertencente àquele intervalo.

Gráfico 2.2.5 – Índice de liquidez por controle

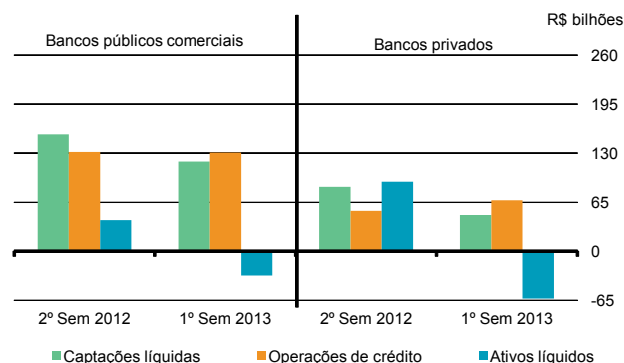


Os bancos privados continuaram com baixo apetite por captações, em linha com o tímido crescimento na concessão de crédito. Assim, os efeitos negativos da marcação a mercado dos títulos prefixados e do aumento da volatilidade, já comentados, foram os fatores relevantes para a variação no montante de seus ativos líquidos (gráfico 2.2.6).

No geral, o estoque de captações aumentou em aproximadamente R\$170 bilhões no semestre (7,5%), sendo que o processo de realocação de instrumentos continua, com os tradicionais depósitos a prazo dando lugar a títulos, instrumento híbrido de capital e dívida

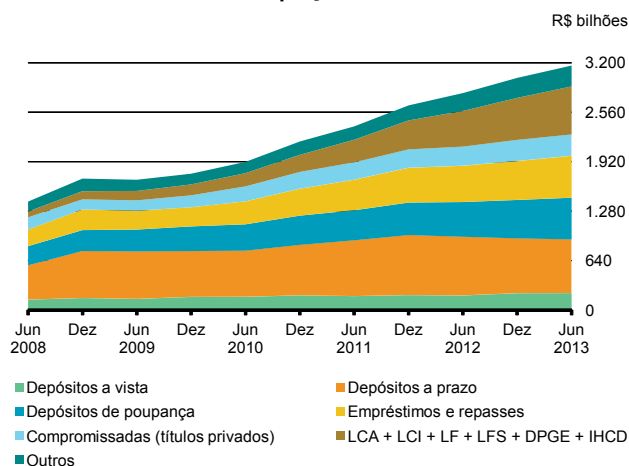
(IHCD), poupança e obrigações por empréstimos e repasses. Entre os títulos,²¹ destacam-se Letras Financeiras (LF), Letras Financeiras Subordinadas (LFS), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) (gráfico 2.2.7).

Gráfico 2.2.6 – Variação do estoque de ativos líquidos, operações de crédito e captações^{1/} por controle



1/ Considera capital próprio e de terceiros (líquidas de compulsório).

Gráfico 2.2.7 – Perfil das captações



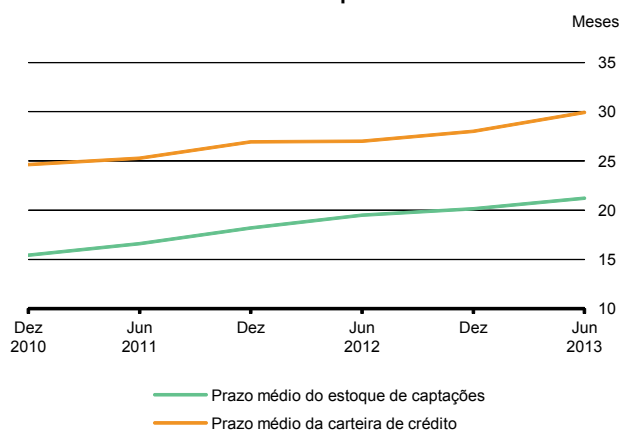
A referida realocação levou ao aumento da participação de títulos, IHCD, compromissadas com títulos privados, empréstimos e repasses, de 31,8% das captações em junho de 2008 para 45,5% no final do primeiro semestre de 2013. Os benefícios para os bancos são originados principalmente de isenção de compulsório e de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e/ou de prazos contratuais mais longos, fatores que proporcionam menor custo final e/ou alongamento do prazo dos passivos.

21/ As LF são emitidas com prazo mínimo de 24 meses, enquanto as LFS têm prazo mínimo de sessenta meses. As LCI e LCA são isentas de recolhimento compulsório e seus rendimentos são isentos do imposto sobre a renda da pessoa física (IRPF). No caso das LF, as vantagens são a isenção de recolhimento compulsório e da contribuição ao FGC.

Uma consequência direta dessa mudança de perfil é a necessidade de adaptação das análises que relacionam a proporção de operações de crédito e de *funding* do segmento bancário brasileiro. Uma análise que fique restrita aos depósitos convencionais pode levar a percepções inadequadas sobre o risco do sistema.

Essa alteração de perfil beneficia o gerenciamento de prazos entre operações de crédito e captação, propiciando que o prazo do estoque de recursos captados harmonize-se com os prazos das operações de crédito (gráfico 2.2.8).²²

Gráfico 2.2.8 – Descasamento de prazos



Assim, o sistema continua a dispor de fundos estáveis para suportar o crescimento do crédito, o que é indicado pela razão entre crédito e captações estáveis,²³ que se manteve abaixo de 90% no semestre (gráfico 2.2.9).

Em relação às captações externas, a dependência das instituições financeiras para operações no país continua baixa, num patamar inferior a 10%. O crescimento das captações externas é verificado mais substancialmente nas agências e subsidiárias no exterior,²⁴ que utilizam a maior parte dos recursos para suas operações fora do país,

e vai ao encontro do processo de internacionalização dos bancos brasileiros (gráfico 2.2.10).

Gráfico 2.2.9 – Crédito sobre captações de recursos estáveis

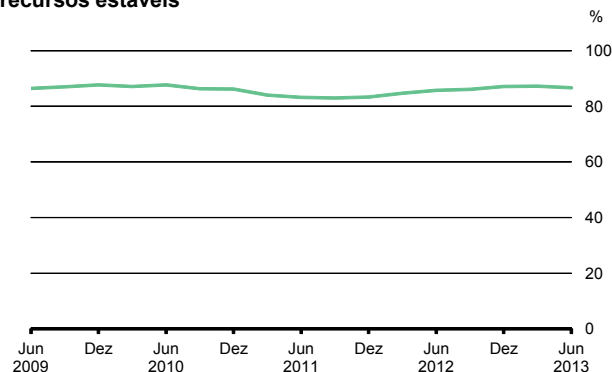
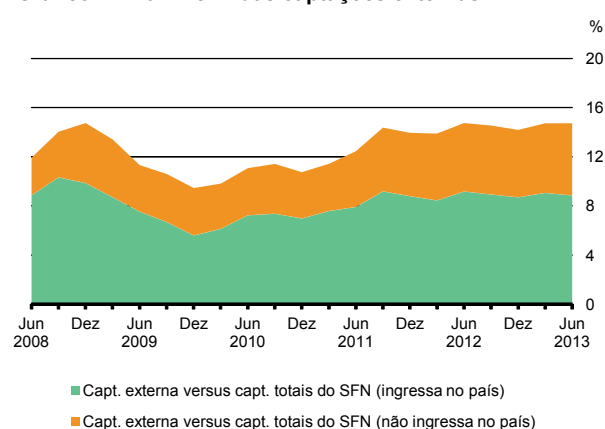


Gráfico 2.2.10 – Perfil das captações externas



Em suma, no semestre, confirmou-se a percepção da existência de elevado colchão de liquidez, que protegeu o sistema em relação à queda no valor de ativos líquidos e à maior volatilidade no mercado, ao mesmo tempo em que permitiu o adequado financiamento do crescimento do crédito, com destaque para o maior nível de atividade dos bancos públicos comerciais em relação aos privados.

Além disso, o perfil de captação continua com tendência de maior participação de instrumentos que proporcionam alongamento de prazo do passivo e menor custo de captação. O primeiro distribui melhor a necessidade de novas captações ao longo do tempo, aspecto positivo para a gestão da liquidez. O segundo ameniza a pressão sobre a rentabilidade decorrente da redução nas taxas cobradas pelos bancos em suas operações de crédito nos últimos anos.

22/ Foram computados os prazos médios das prestações vincendas da carteira de crédito e dos resgates das captações, ambos ponderados pelos respectivos fluxos. O crédito imobiliário está considerado no cômputo do prazo médio da carteira de crédito.

23/ São definidos como recursos estáveis aqueles captados de aplicadores de varejo. Dentre os recursos aplicados por detentores institucionais, também são considerados como estáveis os montantes captados em instrumentos com prazo de resgate maior que um ano. Essa métrica foi adaptada do conceito do *Financial Soundness Indicators* (FSI) 022 – Guia de compilação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Detalhes da definição, vide “Conceitos e Metodologias”, letra b.

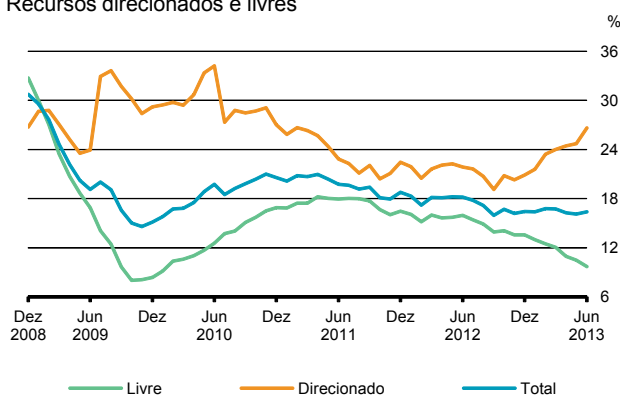
24/ Estimativa de captações externas que ingressam no país com base em demonstrativos individuais de instituições financeiras no país. Estimativa de captações externas que não ingressam no país são captações externas de agências e subsidiárias no exterior, pertencentes a conglomerados bancários com sede no Brasil.

2.3 Crédito

Tendo em vista o aumento das incertezas macroeconômicas, tanto no ambiente interno quanto no externo, o crédito concedido pelo SFN cresceu de forma mais moderada no semestre, com destaque para os bancos públicos, que mantiveram o ritmo acentuado de concessão e continuaram ganhando participação na carteira total. Observou-se uma continuidade no movimento de migração para modalidades de menor risco, taxas mais baixas e prazos mais longos, tanto na carteira PF quanto na PJ, o que contribuiu para reduzir o comprometimento de renda das famílias e das empresas. A inadimplência da carteira total apresentou redução no período, explicada preponderantemente pela queda nos atrasos do crédito PF, embora a inadimplência da carteira PJ também tenha caído, ainda que de forma menos relevante.

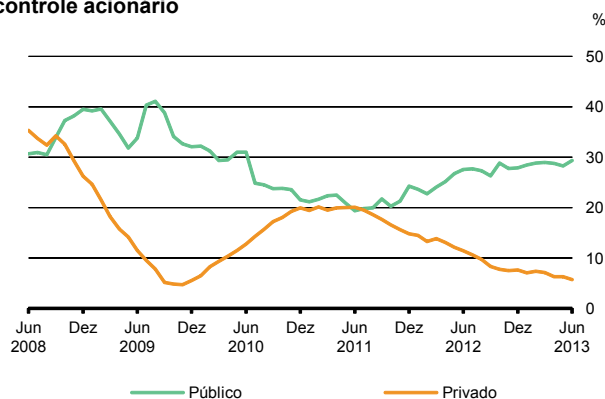
O estoque total de operações de crédito do SFN atingiu R\$2,53 trilhões em junho de 2013, com uma expansão de 6,9% no semestre e de 16,4% em doze meses, correspondendo a 55,2% do Produto Interno Bruto (PIB). O ritmo de expansão tem desacelerado desde 2010 (gráfico 2.3.1), coincidindo com a redução na taxa de crescimento da atividade econômica doméstica.

Gráfico 2.3.1 – Crescimento anual da carteira de crédito
Recursos direcionados e livres



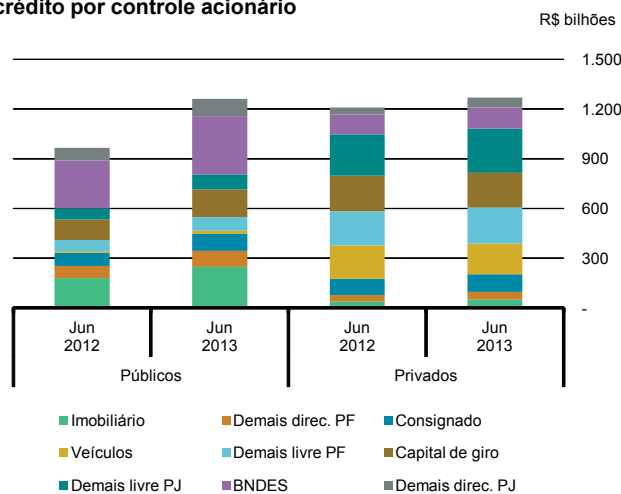
O crescimento do crédito nos bancos públicos e nos bancos privados continuou em ritmos bem distintos. Enquanto a carteira dos bancos públicos expandiu 29,3% em doze meses, a dos privados (nacionais e estrangeiros) cresceu de forma mais moderada, 5,7%, confirmando a diferença de apetite ao crédito desses dois segmentos (gráfico 2.3.2) e levando o estoque de crédito concedido pelos bancos públicos à metade do estoque de crédito do SFN.

Gráfico 2.3.2 – Crescimento anual do crédito por controle acionário



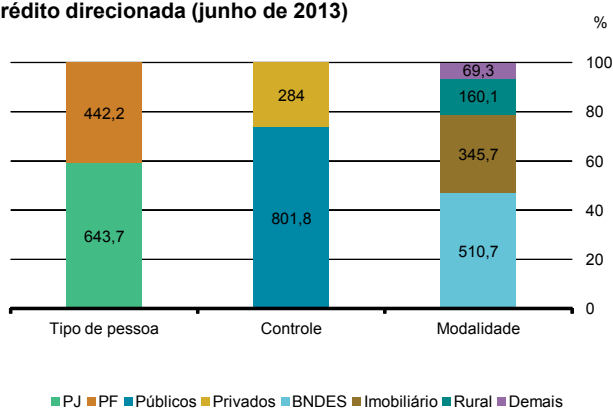
Há um conjunto de fatores que explicam parte das diferenças nas taxas de crescimento de crédito entre os dois segmentos. Por um lado, perdas decorrentes da inadimplência em financiamentos de veículos e de capital de giro, modalidades representativas para as instituições privadas, levaram à adoção de políticas mais conservadoras de concessão, com reflexo na taxa de crescimento de suas carteiras. Por outro lado, as modalidades que apresentam maior demanda de crédito (imobiliário, direcionado PJ e rural) são mais representativas na carteira dos bancos públicos (gráfico 2.3.3), o que contribuiu para sua maior taxa de crescimento. Ademais, as menores taxas de juros praticadas pelos bancos públicos contribuíram para expandir a demanda por crédito e possibilitaram o aumento de exposição desses bancos a uma grande base de clientes já existentes, bem como incentivaram a migração de clientes de outras instituições.

Gráfico 2.3.3 – Composição da carteira de crédito por controle acionário



O crédito direcionado (gráfico 2.3.4) acentuou a diferença de velocidade de crescimento em relação ao crédito livre (gráfico 2.3.1) e passou a representar 42,9% do total, ganho de 3,5 p.p. em doze meses. Como as taxas de juros domésticas são elevadas, inclusive quando comparadas com as praticadas em outros países, os recursos direcionados têm sido a principal fonte de crédito de longo prazo no país, seja para atender às necessidades de investimento das empresas, seja para as famílias financiarem a compra do imóvel. Com taxas mais baixas e prazos mais longos, esses recursos impactam de forma mais moderada o comprometimento de renda das famílias e a capacidade de pagamento das empresas, com efeito verificado inclusive na inadimplência, que é bem menor que no crédito concedido com recursos livres.

Gráfico 2.3.4 – Segmentações para a carteira de crédito direcionada (junho de 2013)



As taxas de juros cobradas pelas instituições, no crédito livre, mostraram moderada elevação no semestre (gráfico 2.3.5), em parte reflexo do início do ciclo de aumentos da taxa Selic. A permanência das taxas de juros próximas aos menores níveis da série histórica e a diferença entre a precificação feita pelos bancos públicos e a feita pelos bancos privados continuaram estimulando a concorrência bancária, com incentivos para a portabilidade de crédito, buscando menores taxas. Tanto a quantidade de operações transferidas quanto o volume portado continuam próximos dos maiores níveis já registrados (gráfico 2.3.6).

A inadimplência da carteira total caiu para 3,4% em junho de 2013 ante 3,7% em dezembro de 2012, com redução principalmente nos atrasos do crédito PF, embora a inadimplência PJ também tenha se reduzido, ainda que de forma menos acentuada. O índice de cobertura²⁵ apresentou estabilidade no semestre,

25/ O índice de cobertura mede a razão entre a provisão contabilizada e as operações vencidas há mais de noventa dias.

mantendo-se em patamar confortável, de 1,6 em junho de 2013. A comparação das provisões constituídas com os créditos baixados para prejuízo nos doze meses seguintes, ou ainda com o total da carteira de maior risco (classificada nos níveis E a H), indica a suficiência das provisões (gráfico 2.3.7).

Gráfico 2.3.5 – Evolução das taxas de juros
Recursos livres e direcionados, PF e PJ

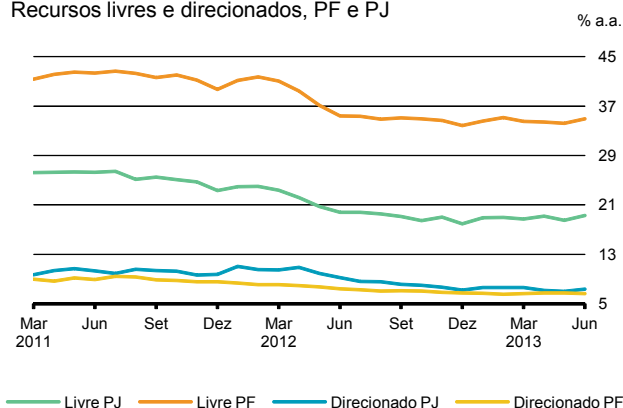


Gráfico 2.3.6 – Portabilidade de operações de crédito
Média móvel de 3 meses

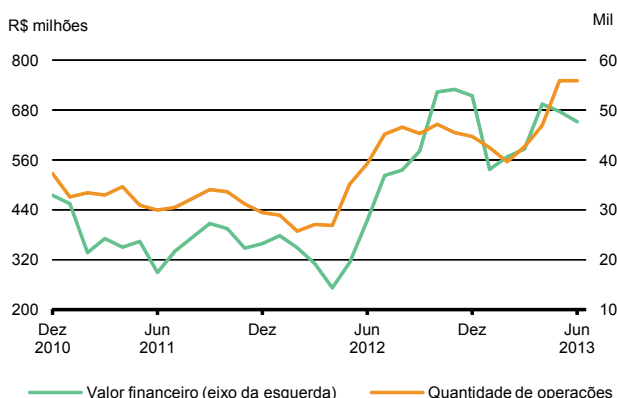
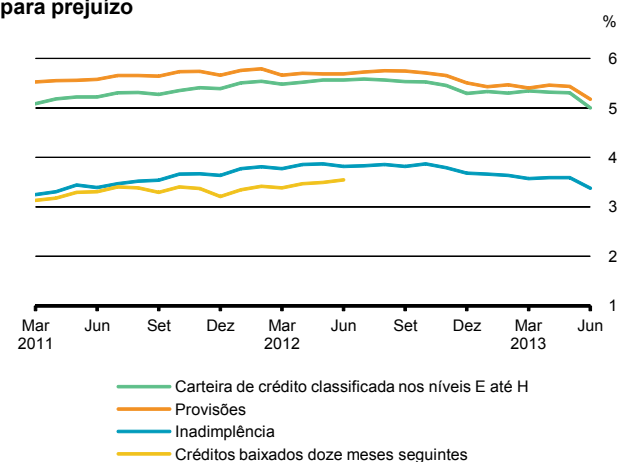
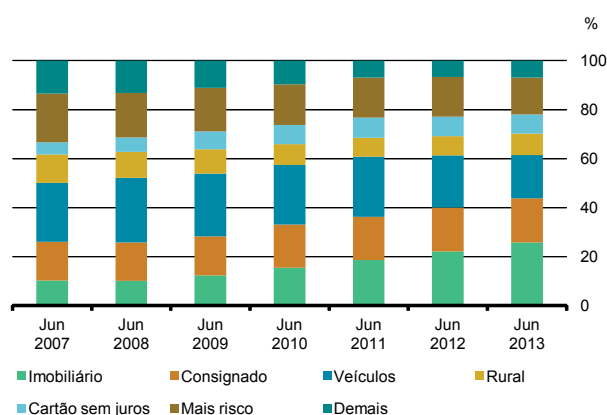


Gráfico 2.3.7 – Inadimplência, provisões e baixas para prejuízo



O saldo da carteira PF aumentou 7,7% no semestre e 16,5% em doze meses, alcançando R\$1,16 trilhão em junho de 2013. Analisando o comportamento das modalidades destinadas ao consumo das famílias, conjuntamente com o ritmo de crescimento do financiamento habitacional, é possível afirmar que continua o movimento de migração para modalidades de menor risco na carteira PF (gráfico 2.3.8).

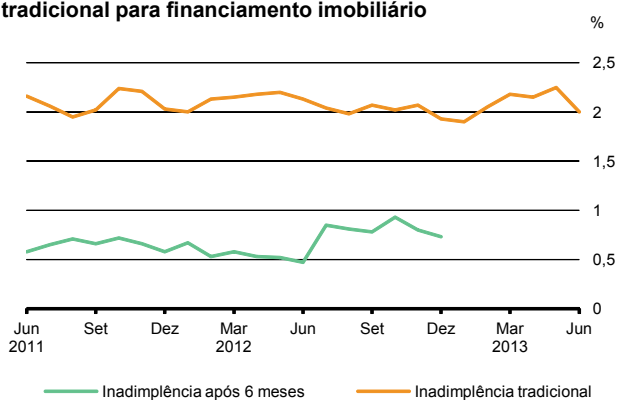
Gráfico 2.3.8 – Composição da carteira de crédito PF^{1/}



1/ As modalidades de maior risco são empréstimos sem consignação, cheque especial, crédito rotativo e compras parceladas pelas instituições financeiras (IF) vinculadas a cartão de crédito.

Os financiamentos habitacionais, depois de atingirem taxas anuais de crescimento superiores a 50% em 2010, vêm reduzindo o ritmo de expansão, tendo registrado, em junho, alta de 16,9% no semestre e de 35,4% em doze meses. Os prazos médios de concessão nessa modalidade continuam em elevação, bem como o *loan-to-value* (LTV),²⁶ que atingiu 71,0% em junho de 2013, contra 68,0% em dezembro de 2012. Ademais, a inadimplência da modalidade apresentou leve alta no semestre, influenciada pelas safras mais recentes (gráfico 2.3.9).

Gráfico 2.3.9 – Inadimplência por safras e tradicional para financiamento imobiliário



26/ O LTV é calculado com base nas informações sobre garantias que constam no Sistema de Informações de Crédito do BCB (SCR), e essa análise leva em conta somente as operações concedidas em cada data-base.

De forma geral, o mercado imobiliário brasileiro conta com bons fundamentos e o estoque dessa modalidade ainda é baixo na comparação internacional. Aproximadamente 95% das operações possui como garantia a alienação fiduciária, que proporciona maior segurança ao provedor do crédito, pela maior celeridade no processo de execução da garantia. A amortização predominante da carteira se dá pelo Sistema de Amortizações Constantes (SAC), que leva a prestações decrescentes ao longo do tempo, reduzindo o risco decorrente do alongamento de prazos e do aumento do LTV, comparativamente a outros sistemas de amortização, como o Price. Devedores com mais de um financiamento representam apenas 2% dos contratos e 5% do saldo das operações. Os índices de medida da variação dos preços dos imóveis residenciais, como o Índice de Valores de Garantia de Imóveis Residenciais Financiados (IVG-R),²⁷ têm apresentado desaceleração desde 2010, aproximando-se do ritmo de crescimento da renda das famílias e, portanto, de um patamar mais sustentável no longo prazo, atenuando as preocupações em relação ao crescimento acentuado dessa carteira.

O crédito rural PF cresceu 12,0% no semestre e 29,8% em doze meses, em linha com o desempenho do setor agropecuário no Brasil.²⁸ As principais fontes de *funding* para essa modalidade são os recursos obrigatórios dos bancos comerciais, calculados com base em percentuais dos recursos a vista (34%), principalmente depósitos a vista, e dos recursos da poupança rural (67%). Outra fonte são as LCA, que, a título de incentivo do governo, são isentas do imposto de renda para as pessoas físicas. Tudo isso possibilita taxas mais baixas para os tomadores, com reflexos favoráveis na inadimplência da modalidade, que é bastante reduzida.

Os empréstimos com consignação foram o outro destaque do período em termos de crescimento, com elevação de 10,9% no semestre e 18,2% em doze meses. Ressalta-se ainda a concentração de operações de consignado para funcionários públicos (61,4%) e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (30,3%), o que representa risco de crédito mais reduzido para as

27/ O IVG-R é um indicador que mensura a tendência de longo prazo dos valores de imóveis residenciais no Brasil, utilizando informações do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BCB. Os dados estão publicados no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), série nº 21.340, e sua metodologia encontra-se descrita no box “Evolução dos valores de imóveis residenciais no Brasil”, publicado na edição de março de 2013 do Relatório de Estabilidade Financeira (REF).

28/ O PIB do setor agropecuário cresceu 14,7% no primeiro semestre de 2013 comparado com o mesmo período de 2012, ante 2,1% do setor de serviços e 0,8% da indústria.

instituições comparado ao dos funcionários de empresas privadas, que possuem menor estabilidade no emprego.

Já os empréstimos sem consignação, de maior risco, expandiram de forma mais moderada, 6,0% no semestre e 10,5% no ano. Outras duas modalidades que possuem níveis mais altos de inadimplência e taxas de juros mais elevadas apresentaram crescimento baixo: o estoque de cheque especial cresceu 1,0% em doze meses, enquanto o saldo de empréstimos rotativos vinculados a cartão de crédito aumentou 1,9%. Isso indica menor apetite das instituições financeiras por modalidades de maior risco.

O estoque total de empréstimos vinculados ao cartão de crédito, que inclui, além do rotativo, as compras a vista, as parceladas pelos lojistas e as parceladas por IFs, alcançou R\$125,6 bilhões em junho de 2013, queda de 0,8% em relação a dezembro de 2012 e crescimento de 10,1% em doze meses. Ressalta-se que as submodalidades sobre as quais não incidem juros, compras a vista e parceladas pelo lojista, são as mais representativas, correspondendo a 71,3% do total vinculado a cartão de crédito, além de terem apresentado o crescimento mais significativo no período.

O saldo da carteira de veículos, incluindo os financiamentos e os arrendamentos financeiros, apresentou queda de 2,5% no semestre. Essa redução é, em parte, reflexo de uma postura mais conservadora por parte das IFs na concessão de crédito depois da elevação da inadimplência dessa modalidade em 2011 e 2012, o que pode ser confirmado pela redução tanto dos prazos médios²⁹ quanto do LTV médio das novas concessões, que atingiu 85,0% no final de 2010 e tem caído, desde então, para cerca de 70,8% em junho de 2013.

O endividamento das famílias³⁰ manteve trajetória de alta, embora em ritmo mais moderado, atingindo 44,8% em junho de 2013. Essa elevação é explicada, em grande parte, pelo crescimento do financiamento imobiliário, visto que o endividamento nas demais modalidades tem mostrado estabilidade (gráfico 2.3.10).

Já o comprometimento de renda³¹ (CR) apresentou redução significativa no último ano, alcançando 21,5% em junho de 2013, ante 23,0% doze meses antes. Esse comportamento é explicado pelo aumento da participação de modalidades de prazos mais longos, taxas e prestações menores, que impactam de forma menos acentuada o CR das famílias (gráfico 2.3.11), e também pela continuidade do movimento de redução de taxas de juros cobradas nos empréstimos.

Gráfico 2.3.10 – Endividamento das famílias

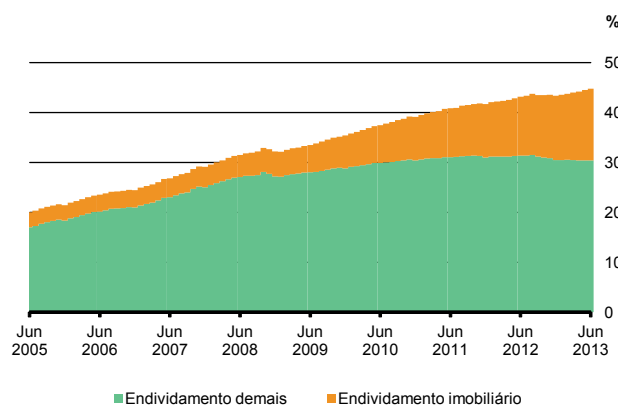
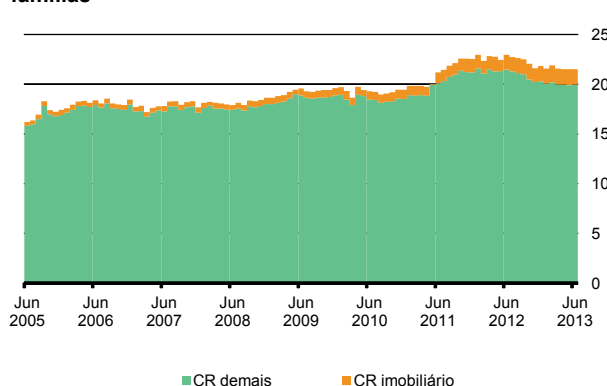


Gráfico 2.3.11 – Comprometimento de renda das famílias



Na carteira PF, continua em curso a tendência de expansão da base de clientes, que cresceu 3,3% no semestre, atingindo cerca de 63 milhões em junho de 2013,³² quantidade significativa comparada com os 100

29/ Vide tabela 2.3.1, que trata dos prazos médios de concessão por modalidades PF.

30/ O indicador de endividamento é obtido dividindo-se a dívida das famílias pela massa salarial ampliada disponível (MSAD) dos últimos doze meses. Para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo do endividamento das famílias, vide boxe “Endividamento e Comprometimento de Renda das Famílias com Dívidas Bancárias: revisão metodológica”, publicado no REF de setembro de 2011.

31/ O indicador de CR das famílias é obtido dividindo-se os desembolsos mensais para pagamento de principal e juros referentes às operações de crédito bancário pela MSAD daquele mês. Para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo do comprometimento de renda das famílias, vide boxe “Endividamento e Comprometimento de Renda das Famílias com Dívidas Bancárias: revisão metodológica”, publicado no REF de setembro de 2011.

32/ Nessa quantidade estão incluídos os clientes com carteira ativa, coobrigações e operações baixadas para prejuízo. Considerando-se somente aqueles com carteira ativa, a quantidade seria de 51 milhões, crescimento de 2,2% no semestre.

milhões que compõem a População Economicamente Ativa (PEA). Com a atração de novos tomadores, as instituições devem prosseguir aperfeiçoando seus critérios de concessão e seus modelos de gestão de risco. Nesse sentido, destaca-se o Cadastro Positivo, que entrou em vigor no dia 1º de agosto de 2013 (*vide* seção 5.2), ferramenta destinada a tornar mais eficiente a gestão do risco de crédito.

O prazo médio (PM) das concessões na carteira PF total continua em alta, atingindo 133 meses no primeiro semestre de 2013 (tabela 2.3.1). Essa elevação tem sido determinada, em grande parte, pelo financiamento imobiliário, que tem ganhado representatividade na carteira e possui o PM mais alto e em ascensão.

Tabela 2.3.1 – Prazo médio das concessões (meses)

Modalidades	2011		2012		2013	
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun
Pessoa física	105	113	123	133		
Financiamento de veículos	46	42	43	41		
Financiamento imobiliário	289	301	315	324		
Empréstimo consignado	57	59	60	61		
Empréstimo sem consignação	30	37	39	41		
Rural	38	36	38	42		
Pessoa jurídica	53	56	61	64		
Recursos direcionados	84	87	93	97		
Recursos livres	24	27	30	30		

A inadimplência da carteira PF acentuou a tendência de queda do semestre anterior, atingindo 5,0% em junho de 2013, ante 5,6% em dezembro de 2012. Destaque para a carteira de financiamento de veículos e empréstimos sem consignação, ambas com reduções significativas (gráfico 2.3.12). Estratificando por controle, observa-se que a queda da inadimplência foi verificada, principalmente, nos bancos privados, nos quais a redução pode ser explicada pela perda de representatividade das safras mais antigas e de menor qualidade na carteira total, à medida que elas são renovadas, baixadas a prejuízo ou substituídas por safras mais recentes, de melhor qualidade. Ademais, observou-se uma melhora geral na composição da carteira PF, com modalidades de menor risco ganhando participação no total.

Em relação ao crédito corporativo, a carteira apresentou crescimento moderado, de 6,2% no semestre e de 16,2% em doze meses, alcançando R\$1,37 trilhão em junho (tabela 2.3.2). Desconsiderando-se o efeito cambial, a

alta teria sido de 14,8%³³ nos doze meses encerrados em junho de 2013.

Gráfico 2.3.12 – Inadimplência PF por modalidade

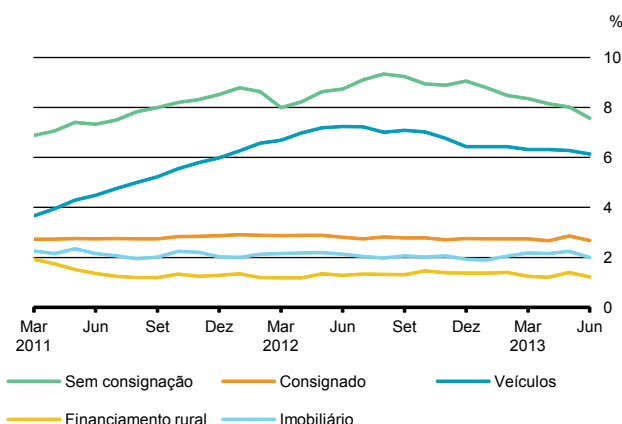


Tabela 2.3.2 – Composição da carteira de crédito PJ

Modalidades selecionadas	Participação da modalidade na carteira PJ:		Crescimento do estoque; jun. 2013 em relação a:	
	2012 Jun	2013 Jun	2012 Jun	2012 Dez
Crédito livre	55,4	53,0	11,2	3,1
Capital de giro	28,5	27,2	11,0	2,0
Comércio exterior ^{1/}	8,4	8,2	13,5	11,3
Crédito direcionado	44,6	47,0	22,5	10,0
BNDES direto	19,0	19,3	17,8	5,0
BNDES indireto	15,4	15,5	16,7	9,5
Crédito rural	3,6	4,2	37,9	18,8
Financiamento imobiliário	3,2	3,4	24,4	10,2
Total PJ / (PJ+PF)	54,3	54,2	16,2	6,2

1/ ACC, financiamento de importações e exportações e repasses externos.

Como nos empréstimos às famílias, o crescimento do crédito PJ é explicado basicamente pelos créditos direcionados, que totalizaram R\$644,7 bilhões em junho, expansão de 10,0% no semestre e de 22,5% em doze meses. O saldo do crédito com recursos livres às empresas alcançou R\$728,2 bilhões em junho, crescimento anual de 11,2% e de apenas 3,1% no último semestre.

No crédito PJ com recursos direcionados, o rural e o imobiliário continuaram crescendo acima da média dessa carteira, assim como na PF. Apesar do ritmo mais moderado de crescimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) continua sendo a fonte mais relevante de crédito

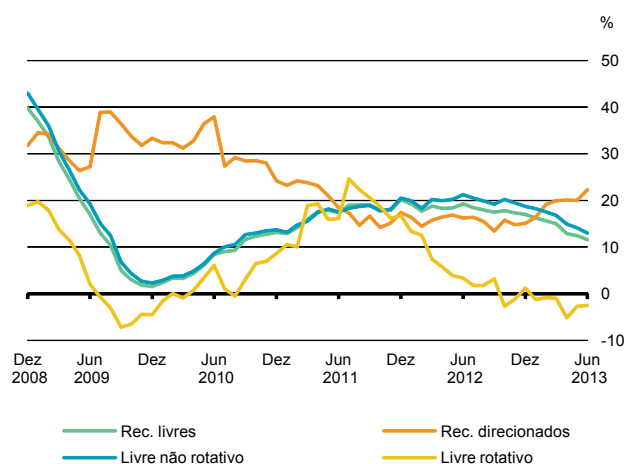
33/ A carteira de crédito PJ denominada em moeda estrangeira atingiu cerca de R\$200 bilhões em junho de 2013, representando, aproximadamente, 14% do crédito corporativo.

direcionado para as empresas, representando 74,2% do total dessa carteira.

No que diz respeito à forma pela qual o BNDES empresta seus recursos, mereceu destaque o crescimento mais acentuado no semestre dos financiamentos indiretos, notadamente as linhas do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), e a atuação dos bancos públicos, cuja carteira cresceu 18,4% no período ante 4,6% dos privados.

No crédito PJ com recursos livres, a expansão mais moderada é explicada principalmente pela desaceleração na modalidade capital de giro, que representa mais da metade da carteira e cresceu 11,0% em doze meses. A diferença na atuação entre IFs de controle público e de controle privado se verificou de forma acentuada nessa modalidade, sendo que os primeiros cresceram 34,9% em doze meses, ante recuo de 2,8% nos demais. Com efeito, a participação relativa das IFs de controle público nessa carteira elevou-se 7,9 p.p. em doze meses, atingindo 44,5% em junho. Entre as demais modalidades de empréstimos livres, aquelas de caráter rotativo³⁴ retraíram 2,5% em doze meses (gráfico 2.3.13), indicando uma melhora do perfil de risco da carteira PJ.

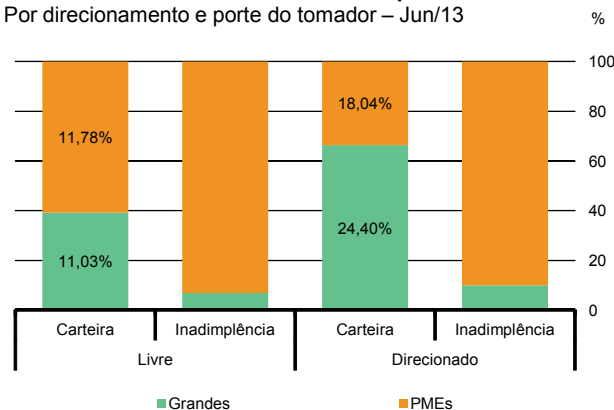
Gráfico 2.3.13 – Crescimento anual do crédito PJ



No que se refere à segmentação da carteira de crédito de acordo com o porte das empresas, as pequenas e médias empresas (PME) têm perdido participação no crédito total PJ, atingindo 48,1% em junho de 2013, queda de 3,2 p.p. em dois anos. Isso é explicado pela maior representatividade das operações com PME na carteira de crédito livre e pelo crescimento mais moderado dessa carteira no período, quando comparado com o crédito direcionado (gráfico 2.3.14).

34/ Carteira PJ de crédito livre rotativo compreende as seguintes modalidades: cheque especial, conta garantida e cartão de crédito.

Gráfico 2.3.14 – Carteira ativa e inadimplência^{1/}
Por direcionamento e porte do tomador – Jun/13



1/ Os percentuais dentro dos rótulos expressam o crescimento anual de cada porte na respectiva carteira.

Ao operar principalmente com linhas de crédito mais curtas (tabela 2.3.1) e com taxas livres, as PME tornam-se mais sensíveis a oscilações adversas na economia e a restrições em momentos de maior aversão ao risco. A menor disposição para a concessão de crédito dos bancos privados às PME reflete-se na diferença sistemática entre a oferta e a demanda de crédito para esse segmento (gráfico 2.3.15), como se pode observar pelos dados da pesquisa trimestral de condições de crédito.³⁵ Os bancos públicos, por sua vez, mantiveram sua atuação nesse segmento, o que pode ser parcialmente explicado pelas garantias oferecidas pelos vários fundos de aval destinados ao fomento da atividade das micro, pequenas e médias empresas.³⁶

Apesar de ainda se constituir na principal fonte de financiamento para as empresas, o sistema bancário vem perdendo relevância à medida que se expandem os mercados externo e de capitais (gráfico 2.3.16). Notadamente a partir de meados de 2011, as dívidas contraídas pelas empresas não financeiras fora do sistema bancário têm ganhado participação, constituindo-se, em junho, em 35,3% do total ante 30,8% em dezembro de 2011.

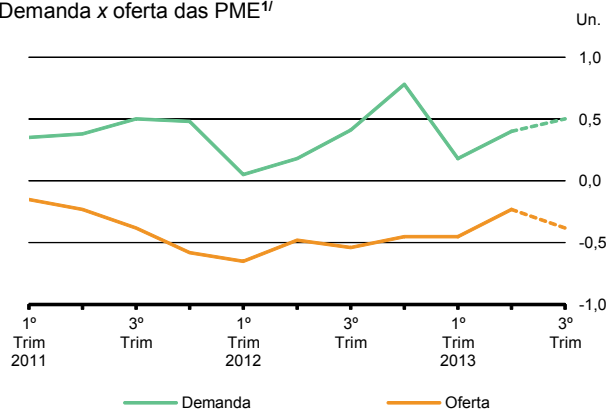
Os créditos de origem bancária representavam, em junho, 64,7% do endividamento e 85,5% do serviço da dívida das empresas não financeiras. Apesar do equilíbrio

35/ A pesquisa trimestral de condições de crédito no Brasil é conduzida trimestralmente e visa captar as percepções dos agentes de mercado acerca das perspectivas do mercado de crédito no que tange à demanda e à oferta. A pesquisa capta informações qualitativas tanto sobre a demanda e a oferta observadas no trimestre como também sobre as expectativas para o período seguinte. Para mais informações, vide Trabalhos para Discussão nº 245/2011, do BCB, intitulado “Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito no Brasil”.

36/ São exemplos desses mecanismos o Fundo Garantidor de Operações (FGO), o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe).

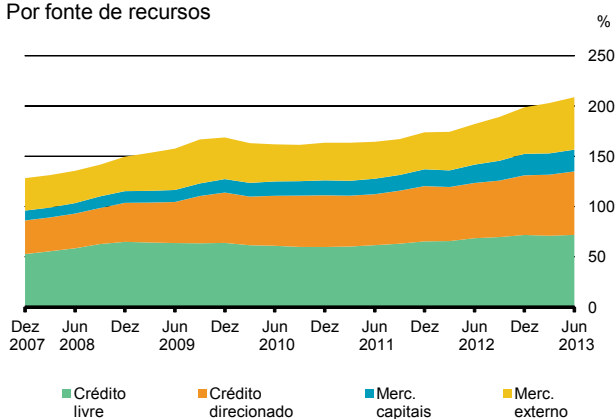
entre créditos livres e direcionados na composição do endividamento, os recursos livres, em razão de prazos mais curtos e taxas mais elevadas, são responsáveis por 72,7% do CR das empresas, contra apenas 12,8% gerados pelos recursos com direcionamento (gráfico 2.3.17).

Gráfico 2.3.15 – Índice de condições de crédito
Demanda x oferta das PME^{1/}



1/ 3º trim 2013: demanda e oferta esperadas. Demais períodos: observadas.

Gráfico 2.3.16 – Endividamento PJ
Por fonte de recursos

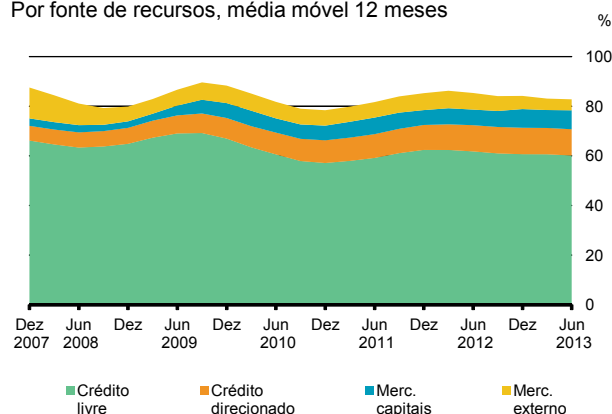


Fontes: BCB, Cetip e IBGE

Em razão dessas mudanças de *mix*, com troca de recursos livres por direcionados, e de crédito bancário por mercado de capitais e externo, o CR das empresas com o pagamento de dívidas vem se reduzindo ao longo dos últimos semestres, a despeito do crescimento do endividamento.³⁷

37/ Na tentativa de aprimorar o monitoramento do risco de crédito PJ, o BCB empreendeu um exercício de estimação do comprometimento de renda das empresas brasileiras. Neste exercício, a metodologia é similar à adotada no artigo “Do debt service costs affect macroeconomic and financial stability?”, publicado no *BIS Quarterly Review* de Setembro de 2012 e disponível em <http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1209e.pdf>. Para mais informações sobre o comprometimento de renda e o endividamento das empresas brasileiras, vide seção “Conceitos e Metodologias”, itens “e” e “f”.

Gráfico 2.3.17 – Comprometimento de renda PJ
Por fonte de recursos, média móvel 12 meses



Fontes: BCB, Cetip e IBGE

A inadimplência PJ caiu 0,1 p.p. no semestre, representando 2,1% da carteira em junho de 2013, depois de apresentar estabilidade no segundo semestre de 2012. O nível de atraso se reduziu principalmente em função de dois fatores: o aumento da representatividade do crédito direcionado e também a queda na inadimplência das operações com recursos livres. Analisando por controle, a queda foi mais pronunciada nos bancos privados, de 3,5% para 3,1% no semestre.

A continuidade do cenário de incertezas econômicas relacionadas à retomada do crescimento da atividade doméstica deve coexistir com a trajetória de redução do ritmo de crescimento da carteira de crédito. Ademais, a substituição de passivos mais onerosos por dívidas menos dispendiosas vem contribuindo para a redução gradual do comprometimento de renda tanto das famílias como das empresas. Essa migração para modalidades de mais baixo risco deve contribuir para a redução da inadimplência, o que propicia melhores condições ao SFN para enfrentar possíveis cenários adversos tais como: i) baixa expansão da atividade econômica; ii) interrupção do crescimento da renda real das famílias; e iii) eventual elevação do desemprego.

2.4 Rentabilidade

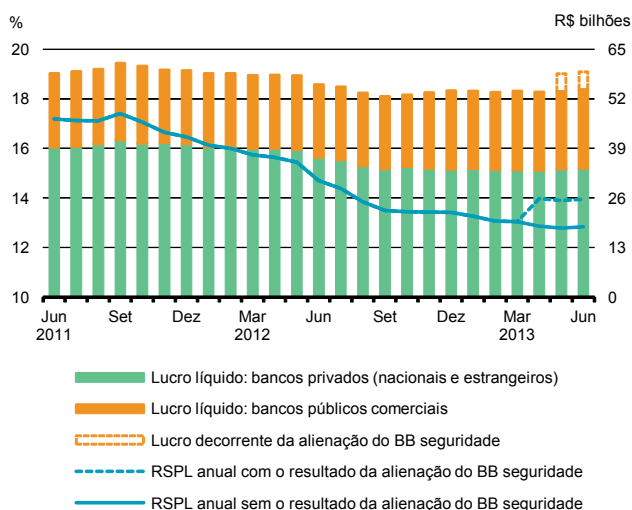
No primeiro semestre de 2013, a tendência de redução das margens brutas de crédito apresentada nos últimos anos, o menor apetite à concessão de crédito pelos bancos privados e o impacto negativo da marcação a mercado da carteira de títulos limitaram o crescimento do resultado de intermediação financeira. Em contrapartida, a redução no volume de despesas com provisões, fato que não ocorria desde 2010, e o resultado obtido em uma operação não

recorrente³⁸ contribuíram para o acréscimo de R\$4,7 bilhões no LL e de 0,5 p.p. no RSPL. Desconsiderando essa operação não recorrente, o LL permaneceria estável e o RSPL recuaria 0,6 p.p., de 13,4%, em dezembro de 2012, para 12,8%, em junho de 2013 (tabela 2.4.1 e gráfico 2.4.1).

Tabela 2.4.1 – Composição do lucro líquido

	Últimos doze meses findos em		Variação nominal
	Dez 2012	Jun 2013	
Resultado de intermediação bruto	246,9	250,4	3,5
Desp. prov. p/ crédito, liq. reversões	(91,7)	(90,9)	0,7
Resultado de intermediação líquido	155,2	159,5	4,3
Receita de serviços	87,7	92,3	4,6
Despesas administrativas	(163,9)	(168,9)	(5,0)
Demais resultados operacionais	(16,4)	(20,3)	(3,9)
Itens extraordinários	(2,3)	6,3	8,6
IR e CSLL	(5,3)	(9,2)	(3,8)
Lucro líquido	54,9	59,7	4,7

Gráfico 2.4.1 – Lucro líquido e RSPL anual
Acumulado nos últimos doze meses



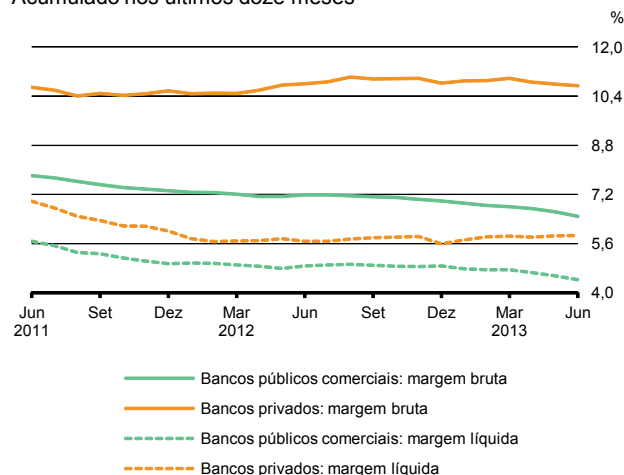
O início da elevação da taxa básica de juros e o consequente deslocamento da curva de juros, com aumento das taxas em todos os prazos, contribuíram para a queda no resultado com títulos e valores mobiliários. Em razão da significativa exposição prefixada em títulos, o ajuste a valor de mercado atingiu R\$20,3 bilhões negativos nos doze meses findos em junho de 2013. Embora grande parte dessa variação seja na carteira classificada como disponível para venda e, portanto, registrada diretamente no patrimônio líquido, o ajuste proveniente de títulos para

negociação gerou despesas de R\$8,3 bilhões no período ante R\$2,2 bilhões de receitas em 2012. Além disso, houve retração de R\$10,2 bilhões em 2012 para R\$4,6 bilhões no resultado com a venda definitiva de títulos. A elevação em rendas com outras operações de tesouraria, como operações compromissadas, foi insuficiente para compensar esses impactos.

Além do fraco resultado nas operações de tesouraria, o crescimento moderado da carteira de crédito e a manutenção da pressão sobre margens brutas restringiram o avanço do resultado de intermediação financeira que vinha ocorrendo nos últimos exercícios, a despeito da redução das despesas de provisão.

Conforme discutido na seção 2.3, a perda da representatividade de safras mais antigas e de menor qualidade na carteira total, e mudanças na composição da carteira, privilegiando modalidades de menor risco, tais como crédito habitacional, crédito consignado, crédito rural e repasses do BNDES, resultaram em melhora na inadimplência no setor bancário, em especial dos bancos privados. Como consequência, houve recuo nas despesas de provisão desses bancos nos doze meses findos em junho de 2013. Assim, apesar da redução da margem bruta de crédito, a margem líquida dos bancos privados avançou levemente. O mesmo não ocorreu em bancos públicos comerciais, que apresentaram margens bruta e líquida mais baixas que em 2012 (gráfico 2.4.2).

Gráfico 2.4.2 – Margem de crédito bruta e líquida de provisões, por controle acionário
Acumulado nos últimos doze meses



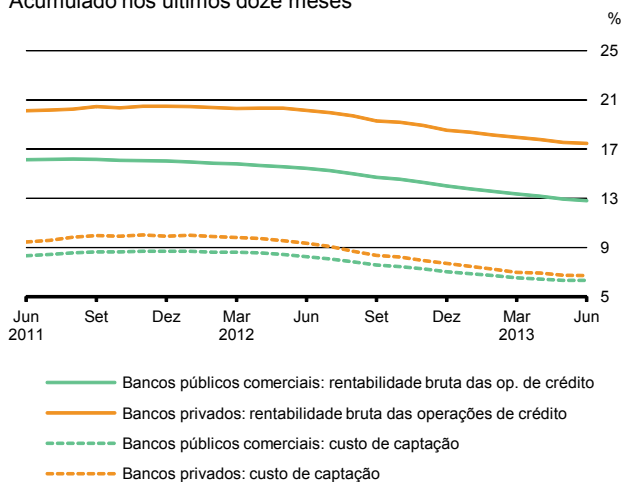
Destaca-se que os bancos privados obtêm margem bruta de crédito mais elevada, uma vez que grande parte de suas operações envolve maior risco que as de bancos públicos, consequentemente, há exigência

38/ Em abril de 2013, o Banco do Brasil (BB) alienou parte de sua participação no BB seguridade, gerando um acréscimo de aproximadamente R\$4,7 bilhões no LL do sistema bancário. A análise de rentabilidade deste REF desconsidera essa operação.

de maior retorno. Incluindo-se o efeito das despesas de provisão, consideradas como medida de risco, a diferença entre as margens de crédito dos dois tipos de controle acionário reduz-se de forma expressiva. Vale lembrar que outras características das operações também influenciam a diferença entre margens, como prazos e vinculação a direcionamento de recursos. Seus efeitos não foram segregados e, portanto, continuam afetando a margem líquida.

Ainda concernente às margens de crédito, verificou-se, no primeiro semestre de 2013, que, diferentemente dos bancos públicos comerciais, os bancos privados conseguiram compensar a redução das receitas com redução proporcional nos custos de captação. Isso é devido, em parte, ao menor apetite ao crédito desses últimos, que lhes permitiu uma maior otimização da carteira passiva, privilegiando os instrumentos de custo efetivo mais baixo. Assim, a vantagem de bancos públicos comerciais sobre os demais em termos de custo de captação reduziu-se para apenas 0,4 p.p. (gráfico 2.4.3). Para o próximo semestre, os aumentos promovidos na Selic a partir de abril de 2013 devem refletir em aumento no custo de captação em todo o sistema bancário.

Gráfico 2.4.3 – Rentabilidade das operações de crédito e custo de captação, por controle acionário
Acumulado nos últimos doze meses

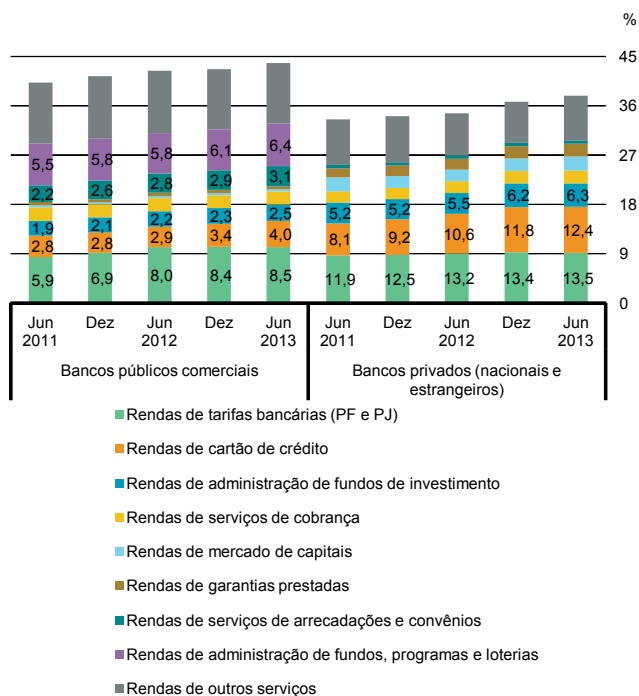


As menores margens obtidas pelos bancos públicos comerciais são compensadas, em parte, pela exclusividade em serviços de administração de loterias e fundos diversos, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que representaram R\$6,4 bilhões em receitas nos doze meses findos em junho de 2013. Essa prerrogativa contribui para que as receitas desses serviços

sejam muito relevantes para a formação do resultado operacional dos bancos públicos comerciais, mesmo considerando as despesas operacionais a elas associadas.

Ressalta-se que, em ambos os tipos de controle, as receitas de serviços têm progressivamente aumentado sua contribuição para geração de resultado operacional, antes de descontadas as despesas administrativas. Entre essas receitas, sobressaiu-se, no primeiro semestre de 2013, a ampliação das rendas de cartão de crédito. As rendas de tarifas bancárias mantêm-se como a principal fonte de receita de serviços, embora tenham perdido fôlego devido ao menor volume de concessão de crédito (gráfico 2.4.4).

Gráfico 2.4.4 – Contribuição das receitas de serviços para o resultado operacional (antes das desp. adm.)^{1/}



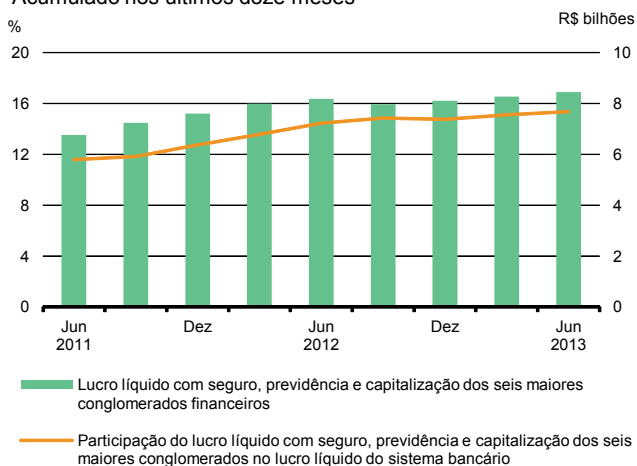
1/ Os números dentro dos rótulos expressam o valor, em R\$ bilhões, da respectiva receita de serviço nos últimos doze meses.

Além do aumento de receitas com serviços, ampliaram-se os ganhos com atividades seguradoras, previdenciárias e de capitalização, cuja participação no LL do sistema bancário atingiu 15,4%. Observa-se que o resultado de R\$8,4 bilhões dessas atividades é incorporado ao sistema bancário via equivalência patrimonial^{39/} (gráfico 2.4.5).

39/ Para a análise do REF, considerou-se o resultado com seguro, previdência e capitalização dos seis maiores bancos – BB, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal (CAIXA), Santander e HSBC – obtido nas demonstrações contábeis publicadas.

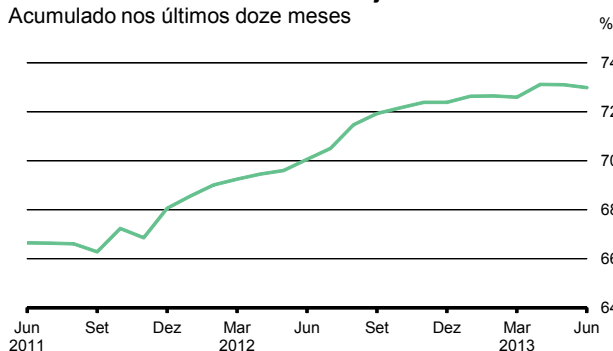
Gráfico 2.4.5 – Resultado com seguro, previdência e capitalização

Acumulado nos últimos doze meses



No entanto, o crescimento das receitas não provenientes de juros e o esforço para a contenção de despesas administrativas foram insuficientes para garantir melhora do índice de eficiência operacional⁴⁰ do sistema bancário, que passou de 72,4% para 73,0% (gráfico 2.4.6).

Gráfico 2.4.6 – Índice de eficiência ajustado ao risco

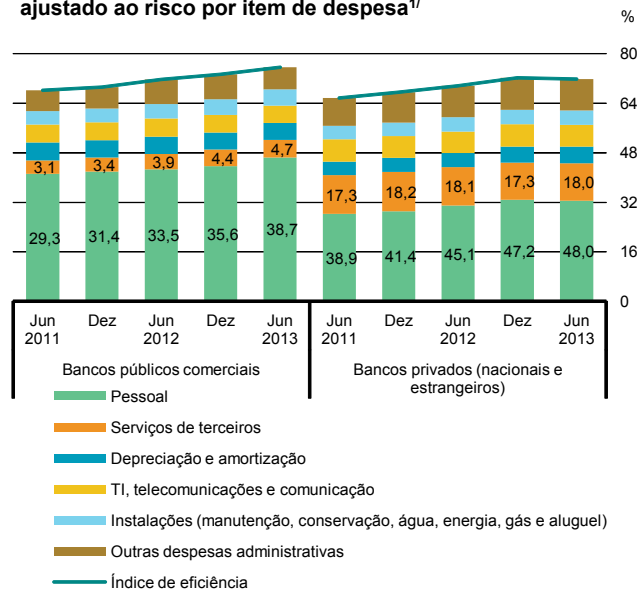


A estrutura de despesas administrativas dos bancos privados contribuiu para que eles obtenham melhor eficiência operacional que os bancos públicos comerciais. Os bancos privados despendem menos que os demais, sobretudo com pessoal, para gerar o mesmo montante em resultado operacional. Um dos motivos é a maior flexibilidade detida pelos primeiros para adequar tempestivamente as despesas às suas estratégias.

No primeiro semestre de 2013, enquanto os bancos públicos comerciais incrementaram despesas de pessoal e com terceiros em R\$3,4 bilhões, os privados aumentaram-

nas em R\$1,5 bilhão. O maior incremento nos primeiros, em parte justificado pelo maior crescimento de sua rede de agências, conforme evidenciado no capítulo 4 deste relatório, ainda não refletiu em aumento significativo no resultado operacional. Dessa forma, o índice de eficiência piorou de 73,4% para 75,6% nos bancos públicos comerciais e melhorou levemente, de 72,3% para 71,8%, nos demais (gráfico 2.4.7).

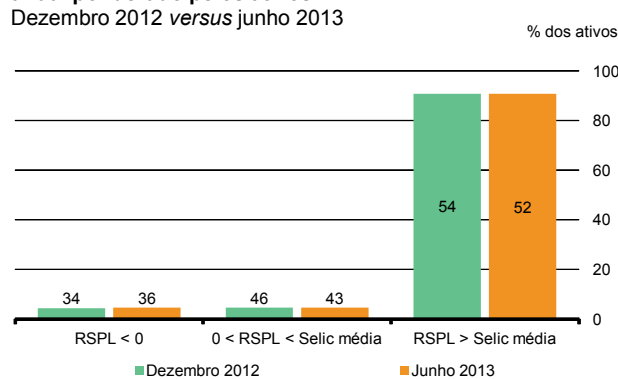
Gráfico 2.4.7 – Decomposição do índice de eficiência ajustado ao risco por item de despesa^{1/}



1/ Os números dentro dos rótulos expressam o valor, em R\$ bilhões, da respectiva despesa administrativa nos últimos doze meses.

Por fim, não obstante a redução da rentabilidade do sistema, considerando as instituições individualmente, aquelas com RSPL abaixo da Selic representam apenas 9,2% dos ativos do sistema bancário, percentual estável em relação a dezembro de 2012 (gráfico 2.4.8).

Gráfico 2.4.8 – Distribuição de frequência para o RSPL anual ponderado pelos ativos^{1/}



1/ Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com RSPL anual pertencente àquele intervalo.

40/ A eficiência operacional ajustada ao risco é calculada tendo como numerador as despesas administrativas e, como denominador, o somatório de: resultado de intermediação financeira, líquido de provisões; receitas de serviços; resultado de participações societárias; resultado de arrendamento mercantil operacional; e outras receitas e despesas operacionais.

Em síntese, o recuo no RSPL no primeiro semestre de 2013 esteve associado às perdas em operações de tesouraria no sistema bancário como um todo, à retração no ritmo de crescimento da carteira de crédito dos bancos privados e à queda da margem líquida nos bancos públicos comerciais. O LL, no entanto, permanece robusto e eminentemente oriundo de operações financeiras de natureza recorrente, sobretudo bancárias e de seguros.

2.5 Solvência

Não obstante a desaceleração no ritmo de crescimento do capital, a ligeira redução na relação capital próprio sobre ativos e o leve incremento na participação de ativos contingentes, a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro permanece em patamar satisfatório, mesmo diante dos efeitos adversos e generalizados sobre a precificação de ativos financeiros causados pela elevação da volatilidade nos mercados.

No primeiro semestre de 2013, o IB apresentou avanço de 16,4% para 16,9%, nível bem acima do mínimo regulatório de 11%. O aumento deveu-se à influência significativa de alterações normativas promovidas com o intuito de adaptar o arcabouço regulatório vigente aos menores riscos assumidos pelo sistema. Essas alterações influenciaram a redução no fator de ponderação de risco médio e o avanço dos resultados das simulações de Basileia III.

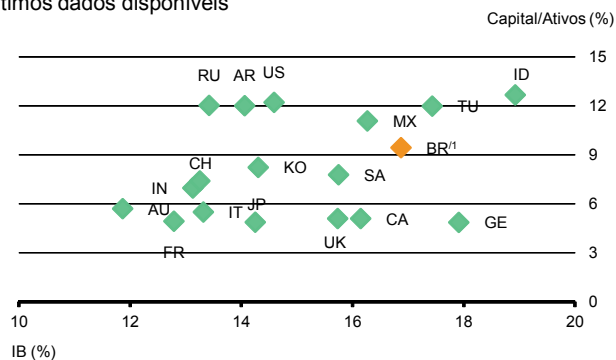
As métricas de solvência do sistema bancário nacional, quando comparadas internacionalmente, encontram-se em níveis relativamente elevados, corroborando a percepção de que o sistema bancário se encontra suficientemente capitalizado para enfrentar eventuais riscos econômicos e financeiros (gráfico 2.5.1).⁴¹

A percepção do mercado quanto à solidez dos indicadores do sistema bancário nacional é evidenciada pelo valor econômico atribuído às instituições em comparação ao valor contábil (gráfico 2.5.2). A amostra de bancos brasileiros é negociada atualmente a 1,5 vez o valor contábil, enquanto regiões desenvolvidas, como os países da Área do Euro, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, são negociadas abaixo desse valor desde a crise financeira internacional.

41/ A análise do gráfico 2.5.1 deve ser relativizada em virtude de diferenças nos padrões contábeis e nos conceitos utilizados na regulação prudencial dos diversos países.

Ao fim do primeiro semestre de 2013, o Patrimônio de Referência (PR) atingiu R\$605,6 bilhões, crescimento de R\$6,5 bilhões em relação a dezembro de 2012 (gráfico 2.5.3). Esse acréscimo decorreu integralmente de capital nível I, uma vez que o capital nível II apresentou redução.

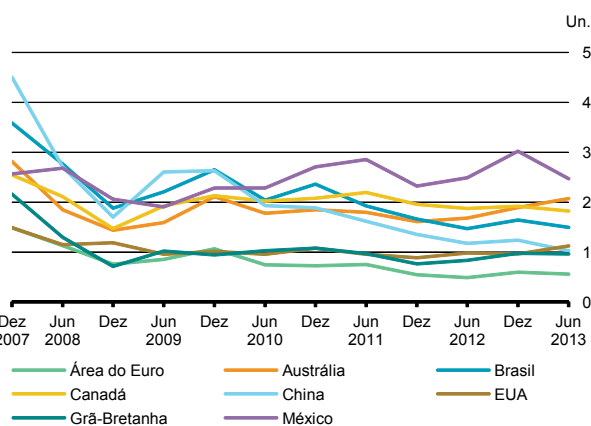
Gráfico 2.5.1 – Capital/Ativos e IB
Últimos dados disponíveis



Fonte: FMI.

1/ As informações divergem dos dados encontrados em <<http://fsi.imf.org>>, em virtude de serem utilizados dados de junho de 2013 do BCB, ainda não disponíveis no referido sítio.

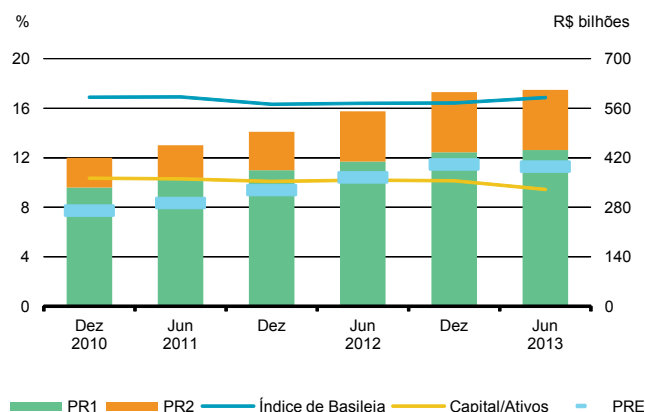
Gráfico 2.5.2 – Valor de mercado sobre valor contábil¹



Fonte: Bloomberg

1/ Indicador do sistema calculado pela média ponderada pelo valor de mercado das IF. Utiliza todos os bancos listados em bolsa e disponíveis na Bloomberg.

Gráfico 2.5.3 – PR, PRE e Índice de Basileia



A retenção de lucros (R\$17,9 bilhões), colunas A e B do gráfico 2.5.4, suplantou as emissões de dívidas subordinadas (DS) e IHCD como a maior responsável pela elevação do PR. Merece destaque o impacto negativo de R\$9,8 bilhões no PR nível I oriundo da Deliberação nº 695⁴² da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a qual alterou a forma de registro de perdas atuariais com planos de previdência de benefício definido patrocinados por instituições financeiras a empregados e a ex-empregados.

Gráfico 2.5.4 – Decomposição da variação do PR
1º sem. 2013



A = Lucro líquido

B = Distribuição de juros sobre o capital próprio, dividendos e recompra de ações

C = Aumento de capital

D = Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida

E = Ajuste patrimonial

F = Ajuste TVM e derivativos

G = Outros

H = Variação total (PR nível I + PR nível II + ajustes)

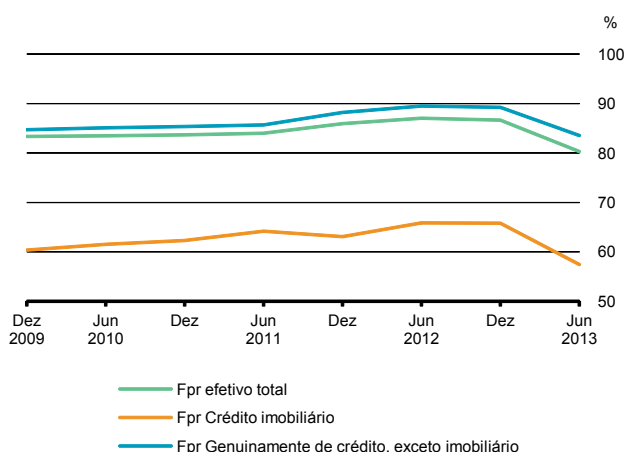
A queda de R\$0,7 bilhão no PR nível II, por sua vez, foi influenciada por ajustes negativos de R\$13,2 bilhões no valor de mercado de títulos e valores mobiliários (TVM) disponíveis para venda e de derivativos. A redução foi amenizada principalmente por emissões de DS⁴³ e IHCD que totalizaram R\$13,9 bilhões, sendo os bancos públicos comerciais responsáveis por R\$12,6 bilhões.

O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) reduziu-se de R\$401,1 bilhões para R\$394,9 bilhões. Em razão da alteração nos fatores de ponderação de risco (Fpr) promovida⁴⁴ pela Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013, a exposição ponderada por fator de risco (PEPR) reduziu-se 2,0%, apesar do crescimento de 12,0% na

exposição total do sistema ao risco de crédito, conforme definido no artigo 3º da referida circular.

Esses ajustes impactaram também o fator de ponderação de risco médio (Fpr-m) das parcelas genuinamente de crédito,⁴⁵ o qual apresentava tendência crescente nos últimos semestres e se retraiu para 80,3% em junho de 2013, ante 86,7% em dezembro de 2012 (gráfico 2.5.5).

Gráfico 2.5.5 – Fator de ponderação risco médio (Fpr-m)



Como consequência das adequações dos ponderadores de risco e dos distintos ritmos de crescimento das modalidades de crédito, algumas linhas ganharam participação no PRE. As operações de varejo, por exemplo, elevaram sua contribuição de 4,5% para 5,6% em junho de 2013, e as de crédito consignado de 3,8% em dezembro de 2012 para 4,2% do PRE em junho, apesar da redução do Fpr.⁴⁶ Ressaltem-se as diferenças de composição da carteira entre os bancos públicos comerciais e os bancos privados, principalmente em operações de menor risco, como crédito imobiliário e crédito consignado (tabela 2.5.1).

A parcela de risco de mercado manteve sua participação no PRE, com destaque para a contribuição das instituições financeiras privadas. Essas instituições reduziram significativamente sua exposição a cupom

42/ Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012, que recepcionou o pronunciamento técnico nº 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Benefícios a Empregados.

43/ Com o acréscimo de R\$8,3 bilhões, o estoque de DS se elevou para R\$149,2 bilhões, equivalente a 24,6% do PR ante 23,5% em dezembro de 2012.

44/ As principais alterações implementadas referem-se a ponderações de risco das exposições relativas a crédito imobiliário, consignado e grandes empresas (que têm endividamento no SFN superior a R\$100 milhões), bem como mudança nos critérios para classificação das operações de varejo.

45/ O Fpr-m constitui uma métrica desenvolvida pelo BCB para capturar a dinâmica do requerimento de capital para risco de crédito. Equivale à média ponderada dos fatores utilizados para o cálculo do P_{EPR} , descritos na Circular nº 3.644, de 2013. Em geral, operações com maior risco de crédito e/ou menor garantia tendem a possuir maior Fpr. O presente exercício inclui operações de crédito, arrendamento mercantil, compromisso de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição, garantias prestadas, avais, fianças e coobrigações e outros direitos com características de operações de crédito.

46/ Crédito consignado contratado ou renegociado a partir de 11 de novembro de 2011, com prazo contratual superior a sessenta meses, passou a ser ponderado a 150%, ante 300%.

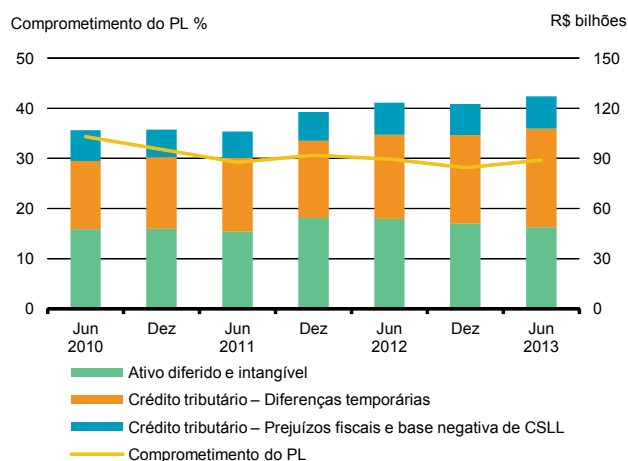
Tabela 2.5.1 – Evolução do PRE

	R\$ bilhões							
	2012		2013		Privado		Público comercial	
	Dez		Jun		Jun		Jun	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PRE	401	100,0	395	100,0	260	100,0	135	100,0
Pepr	354	88,2	347	87,8	220	84,6	127	94,0
Financiamento imobiliário	21	5,2	21	5,4	6	2,4	15	11,1
Crédito consignado	15	3,8	17	4,2	8	3,0	9	6,4
Veículos	17	4,3	17	4,3	16	6,1	1	1,0
Operações de varejo	18	4,5	22	5,6	10	3,7	12	9,2
Demais operações de crédito	116	28,9	107	27,1	65	24,9	42	31,4
TVM e derivativos	27	6,8	28	7,2	22	8,6	6	4,4
Garantias, avais, fianças e coobrigações prestadas	30	7,5	28	7,0	21	8,2	6	4,6
Créditos tributários	18	4,5	20	5,0	14	5,5	5	4,1
Compromisso de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente	18	4,5	15	3,7	10	3,9	4	3,2
Permanente	20	5,1	20	5,2	16	6,2	4	3,3
Demais exposições	52	13,1	52	13,2	32	12,2	21	15,2
Exposição total	6.537		7.321		4.234		3.087	
Risco de mercado	27	6,7	27	6,8	26	10,0	1	0,7
Risco operacional	20	5,0	21	5,3	14	5,3	7	5,3

de índice de preços e a taxa de juros prefixados no final do semestre, contrabalanceando o aumento da volatilidade da respectiva taxa de juros prefixados, o que levou à estabilidade do requerimento de capital para cobertura do risco de mercado, quando comparado ao semestre anterior.

O comprometimento do patrimônio líquido (PL) com ativos contingentes,⁴⁷ que, nos dois últimos semestres, havia apresentado queda, elevou-se levemente para 29,7% (gráfico 2.5.6). Os créditos tributários originados em diferenças temporárias⁴⁸ cresceram 11,9% no semestre, e foram os principais componentes da variação do índice.

Gráfico 2.5.6 – Ativos contingentes e comprometimento



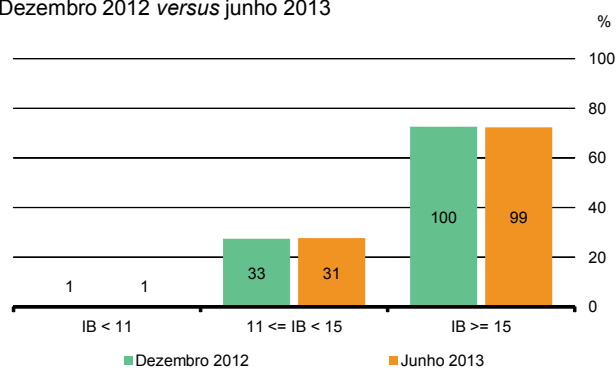
Não obstante os eventos descritos, o impacto sobre as instituições financeiras foi reduzido, visto que a quase totalidade das instituições financeiras continua a atender à exigência regulatória de capital⁴⁹ (gráfico 2.5.7).

47/ Vide anexo “Conceitos e Metodologias” para definição de ativos contingentes.

48/ Em consonância com a Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, a qual define garantia do Tesouro Nacional aos créditos tributários de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, não se consideram mais os referidos créditos como ativos contingentes. Neste semestre, eles apresentaram crescimento de 18%, alcançando o valor de R\$74,8 bilhões, equivalente a 17,4% do PL do sistema.

49/ A exigência regulatória de capital total é de 11%, nos termos das Circulares nº 3.477, de 28 de dezembro de 2009, e nº 3.644, de 4 de março de 2013.

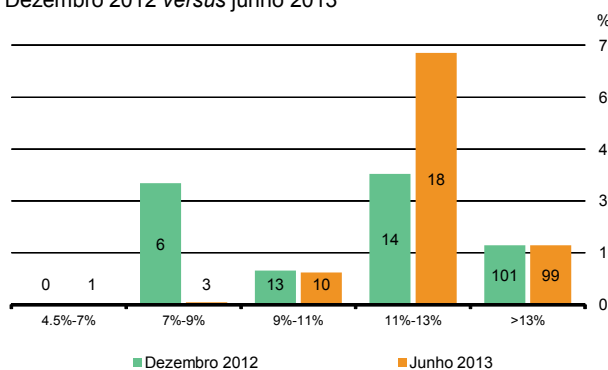
Gráfico 2.5.7 – Distribuição de frequência para o índice de Basileia ponderado pelos ativos^{1/}
Dezembro 2012 versus junho 2013



1/ Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com índice de Basileia pertencente àquele intervalo.

Com foco nos impactos de curto prazo do início da vigência de BIII no Brasil, simulou-se implementação imediata da primeira fase da nova regulamentação⁵⁰ referente às regras de Basileia III, antecipando-se a situação que passa a valer em outubro deste ano. O resultado sugere que a quase totalidade do sistema bancário brasileiro estaria apta a cumprir a regulamentação estabelecida e evidencia evolução em relação ao semestre anterior (gráfico 2.5.8). O índice para o sistema totaliza 13,1% e, caso a exigência da nova regulamentação⁵¹ estivesse em vigor em junho de 2013, não seriam necessários recursos adicionais.

Gráfico 2.5.8 – Distribuição de frequência para o índice de capital principal ponderado pelos ativos^{1/}
Dezembro 2012 versus junho 2013



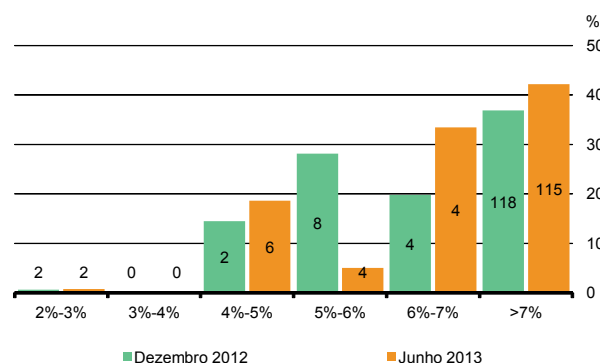
1/ Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com índice de capital pertencente àquele intervalo.

50/ As Resoluções nº 4.192, nº 4.193, nº 4.194 e nº 4.195, de 1º de março de 2013, estabelecem as exigências de capital a serem implementadas a partir de outubro de 2013, bem como o novo conglomerado prudencial que passará a ser a referência para os requerimentos regulatórios a partir de janeiro de 2014. Para mais informações, vide capítulo 5.

51/ Segundo a Resolução nº 4.193, exigir-se-á 4,5% dos ativos ponderados pelo risco (RWA) constituído sob a forma do capital de melhor qualidade. Além da exigência de capital principal, será requerido progressivamente capital adicional, inicialmente, no mínimo, 0,625% dos RWA em 2016 e chegará a, no mínimo, 2,5% dos RWA a partir de janeiro de 2019.

Simulação semelhante com o índice de alavancagem, em linha com a proposta de Basileia III, também atesta a resiliência do sistema. O índice para o SFN alcançou 7,3%, com apenas algumas instituições financeiras de pequena representatividade em termos de ativos não atendendo ao mínimo previsto de 3% (gráfico 2.5.9). Tendo em conta a expectativa de divulgação pública desse indicador a partir de 2015 e previsão de exigência regulatória a partir de 2018, conforme Comunicado BCB nº 20.615, de 17 de fevereiro de 2011, as instituições financeiras terão prazo razoável para adequação.

Gráfico 2.5.9 – Distribuição de frequência para o índice de alavancagem ponderado pelos ativos^{1/}
Dezembro 2012 versus Junho 2013



1/ Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com índice de alavancagem pertencente àquele intervalo.

Em síntese, no primeiro semestre de 2013, o impacto da volatilidade dos mercados foi reduzido, confirmando a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro. Projeta-se, no curto prazo, continuidade da maior competição entre os bancos com reflexos sobre a rentabilidade. Com a possível elevação de custo de captação em função dos requerimentos de Basileia III para qualificação como capital regulatório, vislumbra-se menor ritmo de crescimento dos instrumentos elegíveis ao capital complementar e de nível II. Essa possível redução na velocidade de crescimento do capital não configura fator de preocupação quando se considera a desaceleração recente verificada na exposição a riscos da atividade bancária em geral.

2.6 Testes de estresse de capital

Os testes de estresse de capital têm o objetivo de avaliar o impacto potencial de alterações extremas e adversas nas variáveis econômicas e financeiras sobre os balanços das instituições do sistema bancário. Considerando que um único modelo não é capaz de mensurar os diferentes riscos a que o sistema bancário está exposto,

foram desenvolvidas abordagens complementares para avaliar a resistência das instituições financeiras. Entre as abordagens apresentadas, destacam-se as análises de cenário e de sensibilidade.⁵²

Embora os efeitos não sejam uniformes para todas as instituições, os resultados, em ambas as abordagens, demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de suportar os efeitos de choques decorrentes de cenários adversos por seis trimestres consecutivos, ou de mudanças abruptas nas taxas de juros, de câmbio ou na inadimplência.

2.6.1 Análise de cenário – Testes de estresse nas condições macroeconômicas

As análises de cenário avaliam o impacto na inadimplência e, consequentemente, no nível de provisões e no IB das IFs, decorrentes de cenário de deterioração econômica. São utilizadas duas abordagens. A primeira pressupõe um cenário *ad hoc* no qual as classificações de risco de todas as operações de crédito dadas pela Resolução nº 2.682/1999 são rebaixadas em dois níveis, sem hipótese sobre as causas desse rebaixamento.

A segunda baseia-se em modelo estatístico que relaciona cenários macroeconômicos ao risco de crédito da carteira de empréstimos e financiamentos das IFs. Esta análise contempla três cenários para um horizonte de tempo de seis trimestres consecutivos. O primeiro representa as expectativas do mercado; o segundo simula redução do crescimento econômico; e o terceiro simula o pior caso entre o ciclo econômico histórico mais desfavorável e a pior inadimplência histórica. Os cenários são caracterizados pelo comportamento do produto, da taxa de juros, da taxa de câmbio e do desemprego, bem como por choques externos medidos pelo prêmio de risco Brasil e pelos juros norte-americanos.

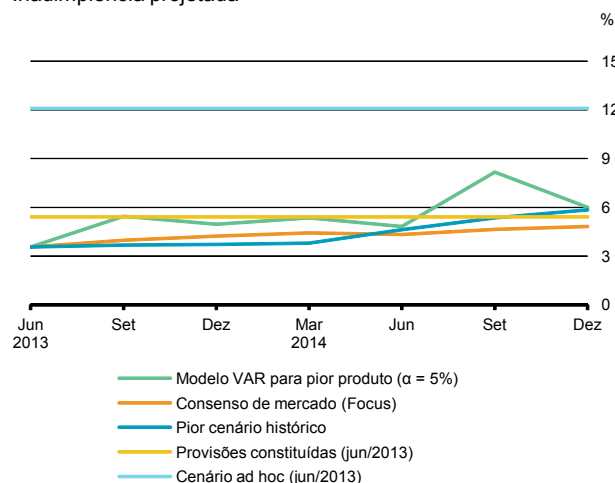
O cenário que simula redução do crescimento econômico é o que projeta a inadimplência mais alta e consiste na seguinte simulação após dezoito meses: queda do produto para -0,4%; inflação a 5,57%; médias trimestrais: Selic em 7,42%; dólar em 2,70; desemprego em 5,3%; Risco Brasil em 526; e juros norte-americanos⁵³ em 0,26%.

52/ Para detalhes sobre a metodologia dos testes de estresse, *vide* anexo “Conceitos e Metodologias – Estresse de Capital”.

53/ Média da *yield* das *Treasuries* com vencimento para dois anos do último trimestre, conforme anexo “Conceitos e Metodologias – Estresse de Capital”.

Ao simular a inadimplência para o cenário macroeconômico que reflete as expectativas de mercado,⁵⁴ conclui-se que as provisões constituídas em junho de 2013 seriam suficientes para absorver perdas com créditos em atraso projetados até dezembro de 2014, reforçando a percepção da adequada capitalização do sistema. Uma repetição do pior cenário histórico exigiria 0,4 p.p. adicionais de provisão em dezembro de 2014 para fazer frente ao risco de crédito. Já a simulação de cenário macroeconômico adverso, com deterioração econômica por seis trimestres consecutivos, levaria a inadimplência a um pico de 8,2% e demandaria provisões adicionais de 2,8 p.p., a serem constituídas até setembro de 2014 (gráfico 2.6.1). Nota-se que, nesse último cenário, a inadimplência projetada para o terceiro trimestre de 2013 ultrapassaria discretamente as provisões constituídas em 0,1 p.p. atualmente.

Gráfico 2.6.1 – Estresse macroeconômico
Inadimplência projetada



Levando em conta esse mesmo cenário adverso, considerando as exposições e o nível de capitalização atuais das instituições financeiras, o IB do sistema cairia para 12,4% em dezembro de 2014 após atingir um mínimo de 11,4% em setembro de 2014, demonstrando sua robustez frente a choques extremos.

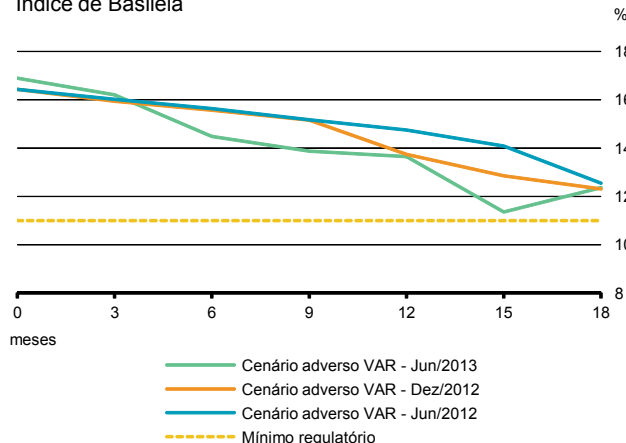
No cenário *ad hoc*, os resultados indicam insuficiência de provisão de 6,7 p.p. Ainda assim, o IB do sistema ficaria em 14,0%, acima dos 11% regulamentares.

A presente simulação mostra-se ligeiramente menos favorável que as simuladas há seis e doze meses. Apesar da similaridade dos valores de IB previstos após seis trimestres, todos entre 12,3% e 12,5%, a capitalização

54/ Cenário obtido das expectativas de mercado para as principais variáveis da economia (Fonte: Relatório de mercado – Focus).

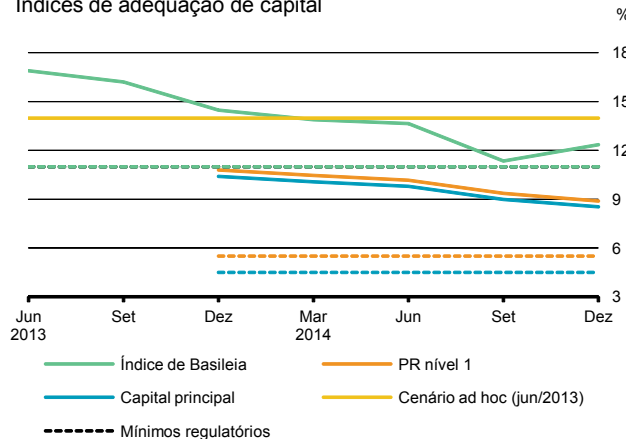
do sistema na projeção atual se mantém menor do que a das outras duas projeções (gráfico 2.6.2). Não obstante, o IB do sistema se mantém acima do mínimo regulamentar durante todo o período analisado e nenhuma instituição ficaria insolvente.

Gráfico 2.6.2 – Estresse macroeconômico
Índice de Basileia



Ao simular os efeitos do cenário adverso nos índices de capital nível I e capital principal, métricas introduzidas por Basileia III, em vigor a partir de 1º de outubro de 2013, o sistema se mantém enquadrado durante todo o período projetado, conforme gráfico 2.6.3.

Gráfico 2.6.3 – Estresse macroeconômico
Índices de adequação de capital

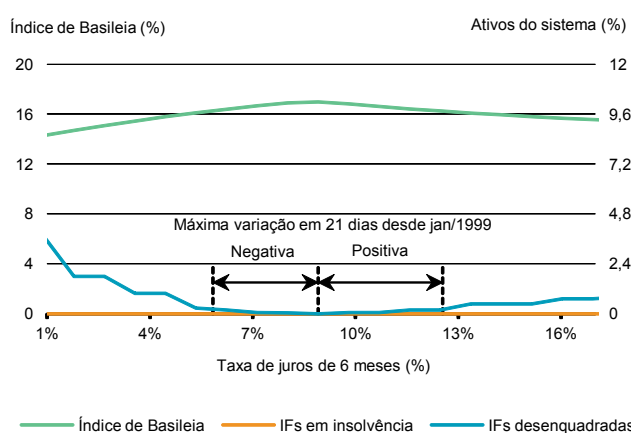


2.6.2 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade consiste na aplicação de variações incrementais nas taxas de juros, de câmbio e na inadimplência, e na mensuração do efeito isolado das variações de cada uma dessas variáveis sobre o PL e o IB das instituições financeiras, mantendo os demais fatores de risco inalterados.

Utilizando como referência a maior variação positiva verificada em uma janela móvel de 21 dias úteis desde 1999, a análise de sensibilidade às taxas de juros⁵⁵ revela que cinco instituições financeiras ficariam desenquadradas (0,3% dos ativos do sistema) caso as taxas de juros aumentassem para 12,5% a.a. (gráfico 2.6.4). Na direção oposta, utilizando como referência a maior variação negativa verificada desde 1999, se os juros se reduzissem a 5,8% a.a., quatro instituições financeiras apresentariam desenquadramento (0,2% do sistema). Em todas as situações examinadas, nenhuma instituição financeira ficaria insolvente.

Gráfico 2.6.4 – Análise de sensibilidade
Risco de taxa de juros



A análise de sensibilidade à taxa de câmbio mostra que nenhuma instituição financeira ficaria insolvente e somente uma instituição de baixa representatividade (0,3% dos ativos do sistema) ficaria desenquadrada com uma taxa de câmbio igual a R\$4,2 (90% de aumento em relação à taxa de junho de 2013), o que representa uma variação superior à maior já verificada na taxa de câmbio desde 1999.

O resultado da análise de sensibilidade ao risco de crédito⁵⁶ indica que o primeiro desenquadramento relevante de instituições ocorreria caso o nível de inadimplência média do sistema passasse de 3,6% para 10,3%. Nesse nível, teríamos quatorze instituições financeiras desenquadradas (23% dos ativos do sistema). Cabe ressaltar que nunca foi observada variação da inadimplência dessa magnitude em instituições financeiras brasileiras em uma janela de um ano. Mesmo

55/ Os choques aplicados levam as taxas de juros e de câmbio a até 10% do seu valor original no cenário de queda, e a até 200% do seu valor original no cenário de elevação.

56/ Os choques incrementais elevam a inadimplência a até 4,5 vezes do seu valor percentual original.

em uma situação extrema de 16% de inadimplência média, apenas instituições que representam 0,3% do ativo total do sistema ficariam insolventes (gráfico 2.6.5).

Gráfico 2.6.5 – Análise de sensibilidade
Risco de crédito

